

A COROA E O PROJETO DE PACIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

17
aula

META

Demonstrar como ocorreu o processo de ocupação definitiva do território sergipano.

OBJETIVOS

Ao final dessa aula, o aluno deverá saber como um conjunto de interesses motivou a ocupação violenta do território sergipano.

PRÉ-REQUISITOS

Ter assimilado o conteúdo das aulas 11 a 16.



O estado de Sergipe com uma bandeira de paz

Caro aluno ou querida aluna: desta feita vamos estudar um dos episódios mais violentos – talvez o mais violento – da história do nosso Estado. Muito teríamos de falar dos interesses comuns entre Jesuítas e colonos – criadores de gado. Racionalizavam o Novo Mundo e os índios como europeus de Portugal. Como vimos na aula anterior, eles possuíam senso utilitário e eram pouco chegados a perseguir quimeras. A experiência é “a madre” das coisas tanto para os jesuítas como para os colonos.

INTRODUÇÃO

Todos queriam a chegada da civilização cristã na região. Mas, o método de propor tais intenções tornava-se diferente. Os jesuítas “usaram o evangelho” no processo de trazer aos índios a civilização cristã. Os criadores de gado, Garcia d Ávila, por exemplo, preferiam capturar escravos e ocupar o território para boas pastagens.



Trabalho indígena Gravura de Théodore De Bry(Fonte: <http://www.saberhistoria.hpg.ig.com.br>).

Pergunta-se: e o governo português aproximou-se dos interesses de Garcia, empreendendo uma conquista violenta, também em nome da civilização?

A história da colonização de Sergipe ainda contém inúmeras lacunas a serem preenchidas no tocando aos interesses dos colonizadores: jesuítas, criadores de gado, mamelucos e governantes.

Apresentaremos nesta aula alguns aspectos da conquista de Sergipe em 1590, priorizando o entendimento do que levou a promover a guerra justa liderada por Cristóvão de Barros.

O governador baiano, Luiz de Brito, concedeu a Garcia poder sobre as terras do Rio Real na mesma fase em que os jesuítas atuavam em missão naquela localidade. Isso quer dizer que o domínio territorial da Casa da Torre se estendia até o Rio Real e como senhor das terras daquela localidade promoveria a ocupação do território para serviço de pastagem para o seu gado.

OCUPAÇÃO

O processo de ocupação da região começou em novembro de 1575, no final das missões de Lourenço, conforme citamos na aula anterior. Segundo Pires Wynne, Brito cedia à pressão dos colonos e contrariava, em contrapartida, os missionários. (Whyne, 1970, p. 29). A expedição logo que chegou na área das missões provocou a emigração de vários “principais” e índios com medo de serem escravizados. Debandaram-se para as matas adentro, em direção ao rio São Francisco. Os soldados, em seguida, saqueiam as aldeias e capturaram alguns índios como escravos. Logo depois, começava outra violência contra os índios: epidemias de varíola e o sarampo os assolavam.

Enquanto isso na câmara, na Bahia, Brito queixava-se de Lourenço por não deixar escravizar índios do Rio Real, e o meio mais fácil seria decretar uma guerra justa.

Em março de 1588, um novo Governador-Geral do Brasil é empossado, recebendo ordens para fazer guerra ao gentil da costa sergipana e expulsá-lo da região. Seguiram inúmeras tentativas frustradas de colonização de Sergipe.

Dois anos depois da posse do novo Governo-Geral, ocorreu a União Ibérica, passando Portugal a ser governado por Felipe II. É nesta fase que será empreendida a chamada “guerra justa”, liderada por Cristóvão de Barros, ocorrendo a conquista definitiva daquela região do Rio Real pelos portugueses.

“CRISTOVÃO DE BARROS”

Seu pai tinha falecido no naufrágio e foi devorado pelos caetés no rio São Frâncico. Muitos historiadores consideram que um dos

motivos que levou Barros a liderar a guerra justa seria em vingança a morte de seu pai. Whyhne, por exemplo, escreveu:

impulsionado pelos instintos de guerreiro, e não esquecido da trágica morte do pai, mais se animava e à frente ficou planejada expedição, vendo nela não somente ação justa, mas, ainda, uma represália, embora tardia, agora oportuna, e assim revelada o seu amor filial.

Barros possuía experiência de combate aos índios no Rio de Janeiro e Cabo Frio na administração de Men de Sá.

Começou a organizar a guerra contra o gentio de Sergipe na segunda metade de 1589.

A guerra contava com a presença de vários portugueses, baianos, pernambucanos e mamelucos. Ainda segundo Whyhne, havia 28 nomes de destaque nessa guerra, dentre eles o todo poderoso dono da Casa da Torre.

A base da guerra foi a “Casa da Torre”, do famoso Garcia d’Ávila. Diversos pesquisadores assinalam a presença de 3.000 brancos, 1.000

mamelucos e 1.000 índios e muitos outros gentios que foram capturados e postos a serviço da guerra. A organização contava na vanguarda com Antonio Fernandes, e na retaguarda com Sebastião de Farias. Além destes comandantes, havia as lideranças dos irmãos Álvaro Rodrigues e Rodrigues Martins.

O aparato bélico dos conquistadores era extraordinário para aquela época. Levavam consigo, por exemplo, várias peças de artilharia (inclusive seis peças de bronze), armas diversas (incluindo arcos e flechas) e cavalos..

A guerra foi encerrada a favor dos colonizadores. Estima-se que 2.400 índios foram mortos e 4.000 aprisionados, enquanto tan-



Casa da Torre de Gracia d’Ávila(Fonte:[http:// www.bahiatursa.ba.gov.br](http://www.bahiatursa.ba.gov.br)).

tos outros fugiram para o sertão, enfrentando outras perseguições. Os soldados venceram a guerra mesmo contando com menor número de participantes do seu lado, mas com armas potentes e cavalos que facilitavam o cerco aos nativos. Whyhne narra uma das cenas finais dessa guerra de forma épica, transformando Barros num herói:

Corria a ação e grandes eram as peripécias da luta, mas Cristovam de Barros à frente da cavalaria devastava os campos, e com as suas destemidas arremetidas logo fazia o inimigo recuar, e de recuo em recuo chegar até a aldeia de Baepeba situada no litoral, na bacia do Vaza-barris, cujo cerco foi sem delongas feito pelo exército perseguidor.(Whyhne, idem, p. 48).

Várias outras expedições continuaram perseguindo os índios em direção ao Rio São Francisco, logo após o termino da guerra. As aldeias que restavam eram destruídas, desaparecendo as roças.

As terras arrebatadas pelos brancos colonizadores, através das sesmarias, foram ocupadas pelas boiadas, cultura de subsistência e canaviais. Houve ocupações de terras em diversas partes do território sergipano. Segundo o livro Razão do Estado “...há morador que tem 30 léguas de sesmaria em diferentes partes... Antonio Cardoso de Barros tem de sesmaria desde o Rio de Sergipe até o Rio São Francisco por costa e pela terra a dentro mais de oito léguas, e outros moradores desta maneira...”(Livro em que a Razão do Estado do Brasil, 1968, p.50).

A coroa também pagou quantias em dinheiro para os que participaram da guerra, atraindo recompensas, títulos e empregos.

Portugal financiou a “guerra justa” porque tinha interesse na conquista de Sergipe.

Você estaria perguntando: além dos interesses por terras para pastagens, transformando Sergipe numa “dobradiça” - o gado abastecendo os engenhos de açúcar - quais outras razões para a conquista de Sergipe?

Portugal percebia que a conquista de Sergipe era um fator importante para prosperidade colonial da Bahia e Pernambuco. Ressentia-se das dificuldades da falta de comunicações entre estas duas capitânias.

O território sergipano constituía-se, ao longo da década de 1560, numa pousada dos índios que fugiam dos engenhos de Porto Seguro, Ilhéus e do recôncavo baiano. Como vimos em outras aulas, esses índios eram vistos como selvagens que fugiam da colonização.

Os franceses também usaram o território sergipano como pousada durante longo tempo. Mantinham alianças comerciais com os tupinambás. Trocavam o pau-brasil por vários objetos – alguns historiadores dizem que era uma troca por bugigangas, como espelhos, pentes etc. Eles diminuíram a investida no território sergipano na fase em que Britto fez a expedição de 1575, na fase final da missão de Lourenço. No entanto, pouco tempo depois restauraram as relações com os índios e mantiveram o território sergipano como “pousada segura” e de comércio com o “pau-brasil”.

Os franceses objetivavam invadir Salvador. O plano consistia na tomada da capital baiana por mar com o auxílio dos índios que chegariam por terra.

Os governantes baianos percebiam o perigo de tal plano e, de igual forma, sabiam que tinham pouco tempo para barrá-lo. Segundo Freire, “qualquer demora era de alta inconveniência”. Ainda segundo esse autor: “tratava-se de salvar a Bahia de uma invasão de bárbaros, e pô-la a abrigo de iguais tentativas para o futuro”. Todavia, prossegue Freire, o segredo do plano “transpirou, ou foi traído, porque a notícia chegou à Bahia, antes que o plano tivesse começo de execução”.(Freire, 1977, p. 81).

Tal plano dos franceses para invadir Salvador causou alvoroço entre as autoridades baianas e tornou-se “bode expiatório” que justificava uma “justa” guerra para conquistar Sergipe.(Freire, 1977, p. 83).

Optou-se por uma ação militar, conforme já nos referimos acima. A guerra iniciou-se em 23 de dezembro de 1589 e foi encerrada no primeiro de janeiro de 1590. O novo ano do calendário cristão chegava trazendo uma carnificina de índios e soldados mortos.

Em pouco tempo, curados os feridos e “destruídos os elementos que pudessem ser adversos ao povoamento do território conquistado, Cristóvão levanta um forte” e ao povoamento junto a ele deu o nome de cidade de São Cristóvão.

A fundação de S. Cristóvão constituiu o ponto final da expedição de Cristóvão de Barros, um marco de consolidação da sua vitória sobre os gentios.

Falaremos das intenções da fundação e de São Cristóvão na última aula.

Mas, antes de começarmos, você precisa revisar esta aula. Para isto, elencamos abaixo as finalidades da conquista de Sergipe.

1. Estabelecer a continuidade territorial entre a Bahia e Pernambuco;
2. Eliminar a influência francesa no Rio Real;
3. Arrebatam às tribos tupinambás a região entre o Rio Real e o São Francisco, e garantir sua posse pelo povoamento e pela ocupação efetiva do solo.

Baseando-nos em Dantas(Dantas, 1991, p.36-7), também resumimos alguns fios com que se teceu a trama da conquista:

1. Intensificação das guerras inter-tribais, por interferência dos colonos;
2. Apresamento de escravos nas aldeias;
3. Doações de terras aos colonos na margem esquerda do rio Real;
4. Presença de criadores de gado nas margens do mesmo rio e de missionários jesuítas que se internam pelos matos à procura das aldeias indígenas para pregar e fundar igrejas;
5. Soldados acompanhados nas proximidades dos territórios dos índios abusando sexualmente das índias e levando intranqüilidade aos nativos,
6. Tropas que atacam deixando atrás de si um rastro de destruição, escravização e morte;



Soldado capturando índios (Fonte: [http:// www.casadatorre.org.br](http://www.casadatorre.org.br)).

CONCLUSÃO

Interesses públicos e particulares levaram à guerra de 1775 pela conquista definitiva do território sergipano. O governador da Bahia, Luiz de Brito, era pressionado pelos colonos e pelo poderoso Garcia d'Ávila a invadir e tomar pela violência as terras do seu interesse. Foi assim que armou um poderoso exército, para os padrões da época, dizimando os índios e expulsando para além do Rio São Francisco os sobreviventes que não foram escravizados.

RESUMO



Caro aluno ou querida aluna: você viu, no início da aula, como há muito a se discutir acerca dos interesses dos colonizadores, principalmente entre os colonos e os jesuítas.

A atuação de Gaspar Lourenço, na catequese dos nativos, exacerbou a ira de Garcia d'Ávila que recorreu ao governador da Bahia, pressionando-o a iniciar uma ação violenta para expulsão dos índios. Você viu como a ameaça dos franceses de invadir a Bahia foi o estopim que deflagrou a guerra, e viu também a objetividade do ataque que culminou com a vitória das tropas do Estado em apenas 10 dias de combate – 23 de dezembro de 1589 a 01 de janeiro de 1590. As marcas da violência podem ser avaliadas pelo elevado número de índios mortos (2.400) em tão pouco tempo. Os índios eram em bastante superioridade numérica, mas lhes faltavam organização e armas para enfrentar a artilharia e a cavalaria dos brancos. Os jesuítas, afastados do processo, nada puderam fazer para evitar o massacre

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA PRADO, João Fernando de. **A Bahia e as Capitâneas do centro do Brasil**. Companhia Editora Nacional, 1945.
- DANTAS, Beatriz Góis. Índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana maria de Faro Leal. **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Aracaju: Banese, 1991.
- FREIRE, Felisbela. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- Livro em que dá Razão do Estado do Brasil no governo do Norte assim como o teve Dom Diogo de Menezes e Sá até o ano de 1612. Sgto-mor Diogo de Campos Moreno**. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968.
- NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. 2 ed. São Cristóvão: Editora da UFS/Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.
- _____. **Sergipe colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- SACCHINJO, Fradesco. Historia Societatis Jesu. In: LEAL, Antônio Henrique. Apontamentos para a história da Companhia de Jesus apud NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. 2 ed. São Cristóvão: EDUFS/Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.
- SALOMÃO, Liliam da Fonseca. A lenta penetração portuguesa no Brasil. O caso de Sergipe d'El Rey, território marginal. **Cadernos UFS-História**. São Cristóvão: DHI/PDPH/EDUFS, 1996. p. 105-115.
- WHYNNNE, Pires. **História de Sergipe (1575-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970.